



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE
Alameda Ministro Miguel Ferrante, 224 - Bairro Portal da Amazônia - CEP 69915-632 - Rio Branco - AC

ICVEC - OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 0829764 / 2025 - PRESI/DG/SAOF/ASGIM

ANEXO VI

ICVEC OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA.

INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO - (ICVEC)

(OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES E ADESÕES EM SRP)

Valor estimado da contratação	RS 533.705,27 (quinhentos e trinta e três mil, setecentos e cinco reais e vinte e sete centavos)
Modalidade de licitação	<p>Pregão serviços comuns de engenharia:</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) Eletrônico</p> <p>() Presencial, motivada no ETP, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo</p> <p>Critério de julgamento:</p> <p>() Menor preço</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) Maior desconto</p> <p>Concorrência para obras, serviços comuns e especiais de engenharia:</p> <p>() Eletrônica</p> <p>() Presencial, motivada no ETP, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo</p> <p>Critério de julgamento:</p> <p>() menor preço</p> <p>() melhor técnica ou conteúdo artístico</p> <p>() técnica e preço</p> <p>() maior retorno econômico</p> <p>() maior desconto</p> <p>() Concurso, para serviços de engenharia</p> <p>() Leilão</p> <p>() Diálogo Competitivo para obras e serviços de engenharia</p> <p>() Participação em SRP</p> <p>() Adesão em SRP</p>
Enquadramento da contratação	<p>() Obra</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) Serviços comuns de engenharia</p> <p>() Serviços especiais de engenharia</p> <p>() Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual de engenharia</p>
Objeto	Contratação de empresa de engenharia para a execução de reforma no Fórum Eleitoral da 1ª e 9ª Zonas e Central de Atendimento ao Eleitor em Rio Branco - AC.
Servidor ou servidores responsáveis pela estimativa de preços:	<p>Márcio VS Oliveira - Engenheiro Civil - ASGIM</p> <p>Rodolfo Quiroga Elias - Arquiteto - ASGIM</p> <p>João Batista Bento da Silva - COMAP</p>
Norma utilizada para a estimativa de preços	<p>Contratação de obras e serviços de engenharia:</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) Decreto Federal n. 7.983, de 8 de abril de 2013 (de acordo com a Instrução Normativa SEGES/ME n. 91, de 16 de dezembro de 2022), conforme seu Art. 17, § 3º</p> <p>Na avaliação do orçamento de referência dos projetos de obras e de serviços de engenharia, o concedente ou o mandatário poderá utilizar a análise paramétrica do orçamento para aferição do valor do empreendimento ou de sua fração nos seguintes casos:</p> <p>I - obras e serviços de engenharia com valores inferiores a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais)</p> <p>() Instrução Normativa SEGES/ME n. 65, de 7/6/2021</p> <p>Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:</p> <p>(...)</p> <p>IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;</p> <p>() Outra norma/fonte/critério de pesquisa de preços</p>
JUSTIFICATIVA	<p>1. Capítulo II do Decreto Federal n. 7.983, de 8/4/2013:</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) Art. 3º - Composições dos custos unitários menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil;</p> <p>() Art. 5º - Sistemas de referência de custos desenvolvidos pelos órgãos e entidades da administração pública federal e aprovados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;</p> <p>() Art. 6º - Em caso de inviabilidade da definição dos custos conforme o disposto nos arts. 3º e 5º, utilização de dados contidos em:</p> <p>() tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal;</p> <p>() publicações técnicas especializadas;</p> <p>() sistema específico instituído para o setor;</p> <p>() pesquisa de mercado: Neste caso, observar as regras da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021, de 7/6/2021.</p> <p>OBS.: Destaca-se que a composição de custos unitários tem por base Resolução CNJ nº 652, de 29 de setembro de 2025, em seu Art. 11,</p> <p>Art. 11. Os editais para a contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Poder Judiciário deverão observar as disposições da Lei nº 14.133/2021 e adotar como critérios mínimos os parâmetros e orientações para:</p> <p>I - precificação, utilizando metodologias de referência aplicáveis, incluindo SINAPI, SICRO ou métodos paramétricos, nos termos do Art. 23, § 2º da Lei nº 14.133/2021;</p> <p>(...)</p> <p>No caso referido, adotado apenas os custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, conforme notado no Orçamento Descritivo (0829665).</p>

	<p>2. Utilização de outras fontes de pesquisa para a composição do orçamento: (<input checked="" type="checkbox"/>) Não se aplica</p> <p>3. Informar e JUSTIFICAR o regime tributário adotado: (<input checked="" type="checkbox"/>) Regime DESONERADO, de acordo com: Nos termos da Lei 12.546/2011, a desoneração da folha de pagamento é uma forma de substituição da contribuição previdenciária patronal (CPP) que incide sobre a mão de obra (folha de pagamento), por um tributo que incide sobre a receita bruta da empresa (CPRB) que se enquadra nos artigos 7º e 8º da lei, e em nenhum momento a lei veda ou faz restrições de que empresas realizem outras atividades econômicas não contempladas com a desoneração, conforme dispõe o § 1º, art 9º da mesma lei. Portanto se observa que, não há óbice de que empresas desoneradas façam jus ao benefício da desoneração no referido pregão considerando o objeto que está sendo licitado. Sobre o regime de encargos sociais adotado como DESONERADO, o TCU orienta através do Acórdão 2293/2013 - Plenário, Os orçamentos de licitações de obras e serviços de engenharia devem considerar a desoneração instituída pela Lei 12.844/2013, que possibilita a redução de custos previdenciários das empresas de construção civil. Caracteriza sobrepreço a fixação de valores em contrato que desconsidere tal dedução. (<input type="checkbox"/>) Regime NÃO DESONERADO, de acordo com: _____ (<input type="checkbox"/>) Outro, de acordo com: _____.</p> <p>4. JUSTIFICAR o percentual do BDI adotado: A Composição BDI (0829747) descreve os parâmetros adotados em seu cálculo, incluindo taxas administrativas, incidência de impostos, seguros e lucros, conforme orienta o Acórdão TCU 2622/2013. O valor BDI adotado foi de 22,12% (vinte e dois vírgula doze por cento), coincidindo com o percentual médio de valores determinados pelo TCU no Acordo supracitado para as obras de construção civil - edificação. Destaca-se ainda que a composição BDI tomou por base a Resolução CNJ nº 652, de 29 de setembro de 2025, em seu Art. 19. A taxa de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) deverá contemplar exclusivamente os seguintes elementos, aplicados sobre o custo direto total da obra: I - taxa de rateio da Administração Central; II - taxa das despesas indiretas; III - taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento; IV - tributos incidentes (Cofins, PIS e ISS); V - margem de lucro. Parágrafo único. Despesas relativas à administração local da obra, mobilização e desmobilização, instalação e manutenção do canteiro deverão ser incluídas na planilha orçamentária da obra como custo direto, salvo em condições excepcionais devidamente justificadas.</p>
Preços obtidos de acordo com os parâmetros adotados acima, EXCETO PESQUISA DE MERCADO:	Não se aplica
Pesquisa de mercado:	<p>SÓ RESPONDER SE FOI UTILIZADA A PESQUISA DE MERCADO PARA O ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA OU, EXCEPCIONALMENTE, PARA OBRAS:</p> <p>1. NORMA UTILIZADA: (<input type="checkbox"/>) Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021, de 7/6/2021. (<input type="checkbox"/>) Outra norma/fonte/critério de pesquisa de preços [Justificar]:</p> <p>2. ASSINALAR QUAIS PARÂMETROS DO ART. 5º DA IN SEGES/ME 65/21 FORAM UTILIZADOS: (<input type="checkbox"/>) Inciso I - Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente; (<input type="checkbox"/>) Inciso II - Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora desse prazo, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente (§ 3º do art. 5º da IN SEGES/ME 67/2021). (<input type="checkbox"/>) Inciso III - Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso; (<input type="checkbox"/>) Inciso IV - Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou (<input type="checkbox"/>) Inciso V - Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia. (<input type="checkbox"/>) VI - Outras bases: tratando-se de bens ou serviços para os quais, de forma justificada no processo, não foi possível estimar os preços com os parâmetros definidos acima, poderá a unidade simplificar sua estimativa inicial por outros meios idôneos, entre eles: (<input type="checkbox"/>) último valor contratado pelo órgão, atualizado até a data da estimativa pelo critério previsto no contrato; não havendo, pelo índice setorial específico aplicável e, na falta desse, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPAC divulgado pelo IBGE; (<input type="checkbox"/>) pesquisa em sites especializados ou de domínio amplo, devendo ser observadas nessa pesquisa as regras do Caderno de Logística para pesquisa de preços editado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia; (<input type="checkbox"/>) consulta direta aos fornecedores potenciais, mesmo que por e-mail, WhatsApp, comprovada no processo, ou por telefone, neste caso certificadas no processo, no mínimo, as seguintes informações: nome do servidor que realizou a pesquisa; nome, número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, praça da sede e o número do telefone da empresa pesquisada; nome do atendente e o valor obtido na pesquisa.</p> <p>3. A COTAÇÃO DE PREÇOS PRIORIZOU OS PARÂMETROS DEFINIDOS NOS INCISOS I E II DO ITEM 2 ANTERIOR? (<input type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não.</p> <p>4. A PESQUISA DE PREÇOS OBSERVOU AS CONDIÇÕES COMERCIAIS PRATICADAS, NA FORMA DO ART. 4º DA IN SEGES/ME 65/21, TAIS COMO: prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, quantidade contratada, formas e prazos de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto? (<input type="checkbox"/>) Sim. (<input type="checkbox"/>) Não.</p> <p>5. Na pesquisa direta com fornecedores deverão ser observados os seguintes requisitos (§ 2º do art. 5º da IN SEGES/ME 65/21): I - Prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado; II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo: a) descrição do objeto, valor unitário e total; b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente; c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato; d) data de emissão; e e) nome completo e identificação do responsável. III - informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 4º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.</p>

	<div>() Sim, todos foram observados.</div> <div>() Parcialmente ou não observado [Justificar]:</div>
Metodologia para obtenção da estimativa de preços	<div>1. INSERIR NO ANEXO I DESTA INFORMAÇÃO O QUADRO COM OS PREÇOS OBTIDOS E AS FONTES PESQUISADAS, LINCADAS COM O NÚMERO DOS EVENTOS NO SEI.</div> <div>() Não há grande variação entre os preços obtidos</div> <div>() Há grande variação entre os preços obtidos</div> <div>2. ANALISAR DE FORMA CRÍTICA OS PREÇOS COLETADOS E DESCRITOS NO ANEXO I, EM ESPECIAL, QUANDO HOVER GRANDE VARIACÃO ENTRE OS VALORES APRESENTADOS (§ 4º DO ART. 6º DA IN SEGES/ME 65/21):</div> <div>a) foi acrescentado ou subtraído determinado percentual, de forma a aliar a atratividade do mercado e mitigar o risco de sobrepreço? (§ 2º do art. 6º da IN SEGES/ME 65/21):</div> <div>() Não</div> <div>() Sim.</div> <div>No caso de previsão de matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, o cálculo do valor estimado da contratação poderá considerar taxa de risco compatível com o objeto da contratação e os riscos atribuídos ao contratado, em harmonia com a Política de Gestão de Riscos adotada no âmbito da Justiça Eleitoral do Acre (art. 22, Lei 14.133/2021).</div> <div>b) há valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados?</div> <div>() Sim.</div> <div>() Não.</div> <div>c) o preço estimado for obtido com base única no inciso I do art. 5º (§ 6º do art. 6º da IN SEGES/ME 65/21):</div> <div>() Não</div> <div>() Sim.</div> <div>d) A estimativa decorre da média, mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços e o o cálculo incidiu sobre um conjunto de três ou mais preços?</div> <div>() Sim.</div> <div>() Não.</div> <div>e) Para esta contratação serão utilizados outros critérios ou métodos? Não</div> <div>3. APÓS OS PROCEDIMENTOS ACIMA, INSERIR NO ANEXO II DESTA INFORMAÇÃO NOVO QUADRO COM OS PREÇOS FINAIS ESTIMADOS E AS FONTES PESQUISADAS - LINCADAS COM O NÚMERO DO EVENTO NO SEI.</div>
Publicação	<div>Valor estimado é sigiloso:</div> <div>(x) Não.</div> <div>() Sim.</div> <div>JUSTIFICATIVA:</div> <div>Não se aplica.</div>

ANEXO I - PREÇOS REFERÊNCIA

Orçamento Descritivo (0829665)



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Vinicius Santos de Oliveira, Assessor(a)**, em 05/12/2025, às 10:57, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ac.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0829764** e o código CRC **01630FE1**.